



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
“Casa de Eptácio Pessoa”

ATA

**ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI DA
HOMOFOBIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 19ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA,
REALIZADA NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE
2021.**

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dez de novembro do ano de dois mil e vinte um, através de Sistema Eletrônico de Vídeo Conferência da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito da Homofobia, sob a Presidência da deputada Estela Bezerra, ocorreu a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Homofobia. "Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano" a Senhora Presidente declarou aberta a sessão, agradeceu a participação do deputado Anderson Monteiro, e afirmou que serão realizadas três oitivas, com o Sr. Vitor Pilato, coordenador do Espaço LGBT do Estado, Sra. Laura Brasil, coordenadora do Espaço LGBT em Campina Grande e o Sr. Geraldo Filho, coordenador-geral da Coordenadoria de promoção de Cidadania LGBT e Igualdade Racial de João Pessoa. A Sra. Presidente fez uma breve fala sobre a necessidade de discutir sobre a usurpação de direitos e violação da integridade física e moral dessa população. Foi iniciada a oitiva do Sr. Vitor Pilato, a Sra. presidente pediu que o interrogado se apresentasse. O Sr. Vitor afirmou que está coordenando esse serviço desde 2019, fez um breve relato sobre outras funções que ele já desempenhou. O Deputado Anderson Monteiro parabenizou pela bravura e coragem dos que representam com muita dignidade as demandas sócias presentes, afirmou que esse debate é necessário para conscientizar aqueles que não tem informação e repudiar qualquer preconceito. A Sra. presidente deu

seguimento a oitiva, repetiu a fala do Sr. Vitor que informava que a coordenação é composta por dois agentes, uma psicóloga, uma assistente social e um advogado, em seguida fez os seguintes questionamentos, qual é o objetivo específico, o que o Centro de Referência oferece a população? Se entre esses que são agentes algum é efetivo ou todos são comissionados? Existe servidores de carreira nessa unidade? O Sr. Vitor procedeu com as respostas informando que as duas agentes e o serviço social funcionam como porta de entrada, mas também existe um segundo momento em que fazem palestras, oficinas, rodas de diálogo e formações específicas, encaminhamento de empregabilidade, dentre outras atribuições, afirmou que também fazem o atendimento psicossocial e jurídico, e na psicologia o atendimento é contínuo, disse também que é o único comissionado, os demais são prestadores de serviço. A deputada Estela perguntou qual a demanda de atendimentos em 2021 e o deputado Anderson Monteiro perguntou se houve diminuição dos atendimentos durante a pandemia. O Sr. Vitor afirmou que o isolamento levou ao adoecimento mental, informou que aumentaram os atendimentos psicológicos e fizeram o melhor que podiam, informou que até agosto de 2021 já tinham sido atendidas 2.156 pessoas e nos dez anos de trabalho 32.011 pessoas, também informou que os atendimentos remotos subirão durante a pandemia de modo que já tinham sido realizados 5.867 atendimentos. A Sra. presidente perguntou qual a demanda desse volume? Como é que vocês conseguem? Como é que a assistência psicológica consegue dar conta? Se nesse período, principalmente nos últimos tempos, houve algum incidente sobre violência doméstica ou tentativa de autoflagelo, ou de atentado contra a própria vida durante esse período? O Sr. Vitor afirmou que houve essa demanda, e que eram sempre de pessoas jovens que ainda não tinham completado 18 anos, e que os atendimentos eram realizado mediante encaminhamento do Conselho Tutelar ou da própria família, afirmou que existe uma lista de espera para o atendimento psicológico que tem uma grande procura e apenas um psicólogo realiza os atendimentos. A Sra. presidente perguntou como foi instituído o atendimento remoto? Como as pessoas ficaram sabendo disso? E qual é a maior demanda através do atendimento remoto? Qual é o perfil de demanda que chega através do atendimento remoto? O interrogado afirmou que a divulgação foi feita através das redes sociais, a equipe de Campina Grande elaborou um formulário online que é encaminhado através de um link, disse que o serviço mais procurado é o de psicologia, o segundo é o jurídico e o

terceiro é o serviço social. A deputada Estela perguntou se o interrogado pode avaliar que existe a necessidade de ter uma retaguarda maior no acompanhamento psicológico? Ou você considera que existem demandas que chegam dessa ordem e que não são necessariamente atribuição do centro de referência? A resposta foi que existem convênios com as universidades que possibilitam que oito estagiários também realizem atendimento para vencer a demanda. A Sra. presidente perguntou se é possível mensurar quantas pessoas dessa demanda, são pessoas que têm sua vida ameaçada ou ela mesma oferece ameaça a sua integridade física? O Sr. Vitor disse que entre 70% a 75% das pessoas que chegam estão nas condições mencionadas, relatou que o primeiro lugar que oprime essas pessoas é o ambiente familiar, o segundo são os ambientes institucionais e o terceiro a rua. A deputada perguntou se eles percebem alguma associação entre o estudo e a violência institucional, ou uma correlação entre a violência institucional e não continuidade dos estudos e quais as instituições com maior número de ocorrências de violência. O Sr. Vitor afirmou que sim, que as escola tem sido espaço de discriminação e preconceito, que é um ambiente que não acolhe e não respeita a legislação existente, para remediar é feito parcerias com instituições como o Educa Nexus que é uma plataforma à distância (EAD) e tem ajudado algumas pessoas a concluir esse ciclo de estudo e partir para o ensino superior. A deputada solicitou que encaminhem a CPI um relatório contendo os problemas relatados pelas pessoas que procuraram o serviço, para que possa ser feito um recorte específico do quantitativo, do volume de reclamações que são dirigidos à rede de educação, em seguida a deputada perguntou se na visão do interrogado, enquanto coordenador, o serviço tem condições adequadas para atender a demanda e se está bem estruturado e quais os principais desafios na execução desse serviço. O interrogado disse que o desafio vai desde a sociedade até a própria estrutura de governo e que sempre será necessário esse diálogo cotidiano intersetorial e transversal para possam ter resultado e essas pessoas não tenham vidas ceifadas e direitos violados, falou que o espaço físico agora está mais adequado e confortável, falou que trabalham sempre em busca de melhorar a assistência. A deputada perguntou quais são os principais parceiros, se dentro das instituições públicas existem relações de referência e de contra referência, e quem elegeria como seus principais interlocutores. O Sr. Vitor disse que todas as secretarias e órgãos tem papel fundamental, disse que foi instituída a rede estadual chamada de Help, e todos os serviços, todas as secretarias e o

movimento social fazem parte da rede, o ambulatório e o Comitê Estadual de Saúde Integral têm feito esse papel mediante a saúde do estado, e a Gerência Operacional de Diversidade e Inclusão tem feito esse diálogo através da educação, afirmou que inseriram quinze pessoas em apartamentos em parceria com a CEHAP – Companhia Estadual de Habitação Popular, falou sobre a parceria com a FUNAD para cursos de libras. Não tivemos demanda pra braile, mas também foi aberta essa possibilidade, disse que representa a secretaria há oito anos no Conselho Estadual de Cultura, o que tem facilitado principalmente na demanda da cultura LGBT, mencionou que o diálogo com a Secretaria de Segurança Pública também tem contribuído positivamente. A Sra. presidente perguntou se o interrogado avalia que a resposta da rede de educação é adequada? Se encontram um trânsito adequado? E se a Diretoria de Diversidade tem dado conta de pautar as escolas sobre esse tema? O Sr. Vitor afirmou que a Gerência Operacional da Diversidade e Inclusão, que fica na Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, tem um diálogo bastante proveitoso, e que o trabalho tem sido feito com o objetivo de que a consciência e o respeito a esta população LGBTQIA+, realmente chegue na sala de aula. A deputada perguntou qual foi a última campanha sobre o tema LGBT que o centro de referência, ou a Secretaria da Mulher e da Diversidade, ou o Governo do Estado veiculou? Que campanha foi essa? Qual foi a última produção de mensagens para a sociedade que foi feita? A resposta foi que a secretaria tem feito campanhas através de cards, de banners virtual, de faixas virtuais para não discriminação, não ao preconceito a essa população específica, e inclui a questão de gênero, raça, etnia, são feitas de forma virtual, através das mídias sociais, esse material está disponível no Instagram e no Facebook. A Sra. presidente indagou como é feito o planejamento do Centro de Referência e se há participação das organizações LGBTQI+ e do Estado da Paraíba. O Sr. Vitor falou que a gerência é o órgão que pensa a política e o planejamento específico do centro é feito pela equipe escutando as demandas que chegam das usuárias e dos usuários. A deputada perguntou qual foi a última política macro que o interrogado participou. O interrogado afirmou que esse planejamento tem sido feito de forma remota e que ocorre anualmente com avaliações a cada seis meses. A deputada Estela questionou se há um processo de sistematização e arquivamento de todos os dados processados no centro de referência? Existe um banco de dados ou uma plataforma de informação? Conseguem ter um sistema de arquivamento de todo trabalho,

de todo acompanhamento que vocês estão fazendo? A resposta do Sr. Vitor foi que sim, existe um banco de dados de informações, esse é armazenamento inicialmente é feito em cadernos impressos e posteriormente colocados em relatórios que ficam a serviço da gerência e da secretaria, também são feitas planilhas para que aja mais de um tipo de armazenamento. A Sra. presidente perguntou quais os principais desafios para efetivar o trabalho? A resposta foi que é preciso criar mais serviço, ampliar a adesão dos municípios a essa política específica, melhorar e aperfeiçoar os serviços já existentes. A deputada agradeceu a contribuição do Sr. Vitor, e falou sobre o trabalho desempenhado pela Sra. Laura Brasil. Oitiva da Senhora Laura Brasil, representante do Centro de Referência à População LGBTQIA+ de Campina Grande. A Presidenta concedeu a palavra a Senhora Laura Brasil, que após cumprimentar todos os presentes, afirmou que na coordenação dentro do centro de referência, parte do eixo de gestão interna, gestão de equipe, gestão de pessoas, da comunicação direta com usuários, mas também parte do princípio de articulação interinstitucional com os setores públicos e privados. A Presidenta questionou qual a composição da equipe. Em resposta, afirmou que o centro de referência vai funcionar mais ou menos na perspectiva de um Cras ou um Creas, com foco especializado no atendimento à população LGBTQIA+, que a equipe será mínima, formada por uma assistente social, um psicólogo e um advogado, bem como um recepcionista e um agente de direitos humanos. A Presidenta afirmou que um agente comunitário de saúde faz busca ativa, tem um território, e a atribuição dele é de acompanhar aquele quantitativo no território, e que gostaria que tivesse uma estrutura dessa para a população LGBTQIA+. Questionou quais são os canais de comunicação que vocês mais utilizam para difundir o trabalho em Campina Grande, qual é a demanda, se e se está no serviço desde o início. Em resposta, afirmou que está no serviço desde outubro do ano passado. A Presidenta questionou qual a quantitativo de pessoas que procuraram o centro de referência, quais são as principais demandas que chegam, qual é o tipo de privação de direitos que as pessoas recorrem até o centro de referência. Em resposta afirmou que o centro de referência atualmente está com 550 usuários cadastrados no serviço, que a demanda é muito próxima do LGBTQIA+ de João Pessoa, que o serviço em Campina Grande é voltado para a demanda de retificação da população trans, que o perfil base são as pessoas trans em busca retificação documental e o atendimento psicológico em relação à questão de violação familiar e institucional. A Presidenta questionou em qual a instituição mais

citada. Em resposta, afirmou que as mais citadas são escolas e serviços de saúde. A Presidenta questionou em relação a de nome, qual é a efetivação e a efetividade do serviço, se estão conseguindo promover esse direito e qual o percentual de resposta positiva. Em resposta, afirmou que Campina Grande consegue manter um diálogo mais direto com os cartórios, que não é judicializado desde normatização do CNJ. Afirmou que tem conseguido dar vazão as retificações de maneira até rápida, que a grande questão para efetivação de retificação, é o custo entre trezentos e quatrocentos reais, com todas as custas de documentação necessária. A Presidenta questionou qual o perfil socioeconômico prevalente dos usuários do centro de referência. Em resposta, afirmou que a grande maioria da população, são de pessoas pretas, com baixa escolaridade, faixa etária entre vinte e vinte e cinco anos com renda de até um salário-mínimo. A Presidenta questionou como é que as pessoas ficam sabendo do serviço do centro de referência. Em resposta, afirmou que a pandemia trouxe dificuldade e fez com que usassem dos meios virtuais, que existe a página da Secretaria da Mulher de Diversidade Humana pelo *Instagram* e existe um perfil do centro de referência no *Facebook*, que existe o *WhatsApp*, como canal direto para articulação com os usuários. Afirmou que foi informatizado a ficha cadastral, sendo criado um formulário para ser preenchido pelo google, e aí começou a massificar a divulgação, sendo compartilhado para os usuários, que o serviço é uma porta aberta, e qualquer usuário dentro de uma demanda ou não, pode acessar o serviço a qualquer momento dentro do horário de funcionamento e através dos plantões de escuta com os celulares dos funcionários que estão 24 horas. A Presidenta questionou se considera que o serviço é bem difundido ou se há espaço para que pessoas que não tem conhecimento do serviço, poderia recorrer a ele para ter acesso a esta informação. Em resposta afirmou que nunca é suficiente, que em três anos de serviço atende quinhentos usuários, que o número é baixo, que existe dificuldades, que a população LGBT precisa se reconhecer enquanto sujeito de direito. A Presidenta questionou quais os principais parceiros da cidade de Campina Grande e fora dela. Em resposta afirmou que tem contado com algumas prefeituras parceiras, que recentemente fez uma formação junto a equipe da assistente social, saúde e conselho tutelar em Lagoa Seca, que também tem realizado interlocução com o Centro de Referência da Mulher, a Patrulha Maria da Penha, as delegacias, diálogo muito forte em Campina com a própria gestão municipal no caso da coordenação LGBT, através da pessoa de Mário. Disse que também tem

dialogado com as instituições FACISA e UEPB, para efetivar o vínculo. A Presidenta afirmou recentemente houve um episódio em que uma secretária criticou a possibilidade de um personagem de história em quadrinho, o filho do super-homem fosse bissexual, que o Brasil é um país campeão em violação de direitos dessa população, inclusive em homicídio, que a Paraíba era um dos estados que mais promovia esse indicador, e que Campina Grande, dentro da Paraíba, era a cidade que mais fazia isso, que a secretária não faz a menor questão de publicamente assumir essa postura. Questionou porque muitas vezes dentro dessas instituições estão os opositores que promovem a discriminação. Disse ainda que é importante saber identificar essas questões como oposições a uma política que tem o objetivo de promover a inclusão, o respeito e a dignidade de uma grande parte da população, que ou não se assume ou se assume e paga um ônus, ou não se assume e vive além de todos os impactos, os impactos da saúde mental. Defendeu que o objetivo da CPI, é fortalecer a política pública, é identificar o que mais o estado brasileiro necessita fazer para que se mude essa realidade, e que saia desse *ranking* vergonhoso. Afirmou que fala que a rede de educação é a primeira instituição onde se encontra repressão e violência, está correlacionada ao fato desse segmento não dar continuidade aos seus estudos, que tem grandes relatos de pessoas que não conseguiram ficar no ambiente muito hostil, que migraram de escola em escola até que desistiram porque viviam hostilidade em todos esses ambientes, que é importante que saiba quais são as dificuldades que o centro de referência encontra em estabelecer esses vínculos de diálogo e de parceria para tratar esse tema. Questionou em relação ao sistema de educação, qual é o diálogo que conseguiram estabelecer e quais são as respostas que existem até o momento, e em educação e saúde, o que indica como as principais instituições de reclamação de quem chega. Em resposta, afirmou que ocorreram alguns casos de relatos de solicitações, até por familiares, em que na maioria das vezes é um reforçador ou o primeiro elemento de exclusão das pessoas LGBTQIA+, e os dois casos foram exatamente familiares que procuraram para intervir junto as escolas especificamente, porque a pessoa estava sofrendo a LGBTfobia, e que foi realizado uma atividade informativa com o centro de referência junto às instituições, tanto com a questão da própria turma, que essa pessoa estava inserida, como profissionais da escola para fazer esse diálogo e essa informação. Informou que em relação à pandemia, as atividades interventivas junto às instituições, em sua grande maioria foram

suspensas, porque a pandemia inviabilizou as formações presenciais. Disse que em relação a educação, existe uma abertura para entrar dentro do próprio plano pedagógico que é feito todo ano, para deixar esse tipo de informações efetivadas, e da mesma forma em relação à saúde, que em Campina existe uma grande dificuldade do reconhecimento da demanda da população como uma demanda legítima. A Presidenta questionou se foi realizado alguma campanha específica de divulgação do serviço. Em resposta afirmou que existe as mobilizações com as instituições, ações específicas de ocupação de lugares estratégicos na cidade para divulgação do serviço, mesas, rodas de conversas e oficinas. Informou que são convidados diversos setores da sociedade civil e outras autoridades para participar desses momentos formativos, para difusão do serviço e captação de novos usuários e efetivação da política em rede. A Presidenta questionou quais são os maiores desafios que encontra como coordenadora, para tratar, cuidar e acompanhar a demanda que chega até o serviço. Em resposta afirmou que a grande dificuldade é a captação de novos usuários, e que a grande missão do centro de referência é se enredar cada vez mais e efetivar as redes com assistente social. Disse que é necessário ter um cenário bem mais concreto da realidade da população do estado, e isso repercutir em várias ações de transformação da realidade social dessas pessoas e efetivação da sua cidadania, e que a partir daí consegue fomentar nessas pessoas o sentido de sujeitos de direitos, e consegue fazer com que apareçam, de fato, as demandas dessa população. Falou que a efetivação da rede em saúde, assistência e segurança, é o tripé base para que possa mudar a realidade da população LGBTQIA+, não só do Estado da Paraíba, mas do Brasil como um todo. A Presidenta questionou se considera que a população LGBT não procura e se a dificuldade com o serviço, é por falta de conhecimento que o serviço existe ou falta de reconhecimento de que tem o direito de ter o serviço. Em resposta afirmou que acredita os dois questionamentos andam juntos, que existe tanto a invisibilidade do serviço, em que essas pessoas ainda têm uma dificuldade de divulgação, de entender qual a função daquele lugar, e que também existe essa dificuldade interna. A Presidenta questionou se seria a baixa autoestima. Em resposta afirmou que existe um acúmulo de violências institucionalizadas, historicamente instituídas, para que essas pessoas não se reconheçam enquanto cidadãos. A Presidenta se verificou nos últimos anos alguma campanha institucional de visibilidade ao tema ou à cidadania LGBT, que veiculasse aí em Campina Grande. Em resposta afirmou que

iniciativas da própria secretaria, a partir dos indicadores da população LGBTQIA+ no estado, que em relação à questão da escolaridade, começou em dois mil e vinte e um com campanhas. A Presidenta afirmou que fala de uma campanha mais massificante, de algo que atuasse nesse problema diagnosticado, que é a baixa autoestima do direito à cidadania, que é o indivíduo privado de direitos, mas não se achar em condições ou cidadão que tenha o direito, inclusive, de recorrer a um serviço, e se houve alguma campanha nos principais veículos de comunicação de massa, tipo TV, rádio, que colocasse o cidadão numa condição de autoestima. Em resposta afirmou que não, e infelizmente, ainda é um desafio veicular essas informações, principalmente em Campina que tem esse perfil mais conservador. A Presidenta afirmou que está satisfeita, agradeceu a participação e informou que encaminhado uma sequência de informações mais detalhadas, que serão utilizadas como dados secundários na confecção do relatório da CPI. A Senhora Laura Brasil informou que está à disposição para construção conjunta, com foco na promoção da cidadania da população e na mudança social das pessoas. Oitiva do Senhor Marcelo Falconi, Delegado de Polícia da Delegacia Especializada de Crimes Homofóbicos, Raciais e de Intolerância Religiosa. A Presidenta afirmou que é um prazer ter o Senhor Marcelo participando da audiência, que teve a oportunidade de estar com o mesmo. Falou que o Senhor Marcelo deve contribuir com a comissão informando o que é feito, quais são as medidas, e qual é a eficiência que se tem para a garantia dos direitos, e para a repressão dos crimes contra a população LGBT, pediu que o mesmo fizesse uma apresentação da sua trajetória, de como você está nessa frente, quando a delegacia foi criada aqui na Paraíba, e descrevesse as condições estruturais de funcionamento do espaço, e se considera que as condições são adequadas. Em resposta, afirmou que seu nome é Marcelo Falconi, que é delegado de polícia do Estado da Paraíba desde o ano de 2005, que no ano de 2009 foi convidado para o desafio, a instauração da Delegacia de Crimes Homofóbicos, que é fruto de muita luta e demandas da população LGBTQIA+, que foi um desafio, que cogitado por alguns atendimentos que tinha feito na Delegacia de Crimes contra a Pessoa, que coincidentemente tinha atendido várias situações de vítimas de homicídios e vítimas LGBTQIA+, que sempre se mostrou aberto a ouvir essa população, porque sempre teve sensibilidade e vontade de atuar, de poder dar apoio, que no ano de 2009 foi criada a delegacia, que começou a formar uma equipe, que passou a atender outras demandas, como raciais e de

intolerância religiosa, que foi ampliada no ano de 2017 para esses outros públicos. Informou que o perfil geral do atendimento, geralmente é uma população mais carente, negra e mais excluída, que é uma população violentada de seus direitos, que são vítimas de insultos até os mais variados tipos de preconceitos, violências físicas, patrimoniais e sexuais. Falou que em relação da logística observa algumas necessidades, que a demanda é maior do que a logística, que precisa interiorizar o serviço. Falou que é necessário ampliar a repressão policial em outras esferas, como Campina Grande e no Sertão, ao menos mais duas unidades que pudessem abarcar aquela região, que recebem alguns telefonemas e algumas demandas de outras regiões do estado, e o atendimento é realizado por telefone, que teve um momento infeliz, de muito ódio, de muito intolerância, de muita polaridade política e ideológica na sociedade, e isso tem feito com que realmente as demandas aumentem nas nossas delegacias. Falou que em relação ao preconceito existem demanda reprimida, subnotificação e falta de acesso à informação dessas pessoas enquanto cidadãs, que muitas vezes as pessoas têm medo realmente de procurar o serviço, que precisa caminha na educação para diversidade, tolerância, respeito, não só para população LGBTQI+, mas para as questões religiosas e raciais, que com criminalização da homofobia, teve um aumento importante na procura da delegacia, que a punição nem sempre é suficiente para coibir a violência com instrumentos legais ou medidas protetivas, que também trabalha com violência doméstica, que a medida protetiva não garante a inviolabilidade, que os mecanismos são muito rudimentares. A Presidenta questionou se no período mencionado conseguiu aplicar medida protetiva à alguma trans. Em resposta afirmou que sim, que há bastante tempo tem conseguido, que precisa de campanhas e investimentos na repressão, saúde, educação, e segurança externa, e investimentos para fortalecer a cidadania. A Presidenta questionou se identifica que há um aumento, e que gradativamente as pessoas vão reconhecendo, conhecendo o serviço e demandando, se no período de pandemia, a observação numérica é de um aumento de procura, e quais são os casos mais comuns que chegam até à delegacia. Em resposta afirmou que houve aumento, que percebeu aumento durante a pandemia porque as pessoas ficaram retidas, que houve aumento na violência doméstica também na população LGBTQIA+, que também houve aumento das questões raciais, que grande parte da população LGBTQIA+ é população negra. A Presidenta afirmou que acompanha o tema por várias motivações, que uma das

dificuldades é mediante um volume de denúncias muito grande feito pelo MEL, localmente, mas também uma organização nacional onde o grupo LGBT da Bahia fazia um esforço muito grande de visibilidade e de monitoramento da quantidade de crimes LGBT. Questionou se o sistema de segurança pública reconhece a Delegacia de Crimes Homofóbicos, se a resposta das delegacias nos territórios, corresponde a necessidade diante da impossibilidade de interiorizar. Em resposta afirmou que ainda existe uma longa caminhada, que existe formação, mais não continuada. Afirmou que é necessário formação continuada pequenos grupos. A Presidenta questionou quanto a visibilidade da delegacia, se tem reconhecimento na sociedade e quais são os principais parceiros. Em resposta afirmou a delegacia tem tido procura maior e reconhecimento maior, que precisa melhorar a logística, que os parceiros são a Secretaria da Mulher e Diversidade Humana, os conselhos e a Defensoria Pública. Falou da necessidade de ter parcerias com o Ministério Público e o Judiciário. A Presidenta questionou quais são os principais obstáculos que são encontrados quando se identifica que um crime tem um potencial homofóbico, e quais são os principais obstáculos que esse trabalho encontra. Em resposta, afirmou que nem sempre consegue elucidar e esclarecer essa motivação, porque ela está, às vezes, tão pulverizada no meio de outras situações, que não consegue identificar, que tem estatística que foi construída desde a gestão passada, mas a motivação, nem sempre consegue, porque ela está muito maquiada, muito disfarçada. Afirmou que existe a LGBTQIA+fobia direta, que é aquela que se consegue elucidar de forma mais fácil e a indireta, que demanda um trabalho melhora mais sensível do investigador. Afirmou que o ordenamento jurídico exige a necessidade de provas, que nem todos os crimes deixam vestígios, nem todos os crimes têm testemunhas e que nem todos os crimes consegue uma prova técnica, como áudio ou vídeo. Falou da necessidade de realização de campanhas de esclarecimento da população, para poder evoluir. A Presidenta agradeceu a presença e participação. Em resposta, agradeceu o convite e afirmou que está a disposição. Oitiva do Senhor Geraldo Filho, coordenador do Centro de Referência e da Política LGBTQIA+ da Prefeitura Municipal de João Pessoa. A Presidenta pediu para que se apresentasse, e questionou qual o mecanismo que ocupa na estrutura da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Afirmou que a CPI é uma comissão de inquérito que visa levantar as condições em que estado brasileiro e as instituições públicas têm lidado com a demanda de privação de direito, de violência e crimes homofóbicos.

Questionou qual é o mecanismo que ocupa, objetivo, missão, estrutura e recurso humano. Em resposta, agradeceu pelo convite, se apresentou, informou que é coordenador de Promoção da Cidadania LGBT e Igualdade Racial do município de João Pessoa, que é advogado acadêmico da área dos direitos humanos, que a infraestrutura é voltada com o objetivo de garantir cidadania para essa população especificamente, através de mecanismos, de parcerias com a própria Prefeitura Municipal e através de parcerias com entidades privadas, como faculdades privadas e a UFPB. Informou que a estrutura é composta pelo coordenador-geral, uma secretária, duas recepcionistas, um assessor jurídico e uma psicóloga. A Presidenta questionou qual é o objetivo desse mecanismo neste momento, e quais são as diretrizes principais que existe dentro desse órgão de governo. Em resposta afirmou que a principal diretriz e objetivo é garantir a cidadania para a população LGBTQIA+, especialmente nos aspectos mais vulneráveis. Informou que através de triagem social, possui contagem desde janeiro de 2021 até o presente momento, sendo 173 usuários novos, dentre eles 58,47%, determinaram através dos marcadores sociais que já sofreram algum tipo de LGBTfobia, e considerando esses fatos, tentam levar cidadania. Afirmou que em relação à educação, existe extrema vulnerabilidade, pelo fato da população precisar de ser inserida tanto na educação, quanto no mercado de trabalho formal. Informou que a partir desse fato, busca parcerias com o SINE municipal, empresas privadas e faculdades privadas, para garantia de procura de empregos e cursos profissionalizantes. Informou que existem parcerias em relação à saúde, com três psicólogos atendendo de faculdades privadas que realizam estágio através de projetos de extensão, para atender especificamente a população LGBTQIA+ e triagem odontológica, que é realizada na coordenadoria. A Presidenta questionou se os recursos humanos que compõem a equipe são cargos comissionados, se alguém é funcionário de carreira ou são prestadores de serviço, e quais são as condições de vínculos desse mecanismo. Em resposta, afirmou que todos os funcionários são de cargo comissionado, e que esqueceu de citar também existe um guarda que é efetivo, e duas pessoas que são da limpeza e são efetivos. A Presidenta afirmou que existe relato do Centro de Referência mais antigo do Estado da Paraíba, de muita denúncia de violação de direitos na permanência da população LGBTQIA+, principalmente quando estão em período de formação educacional. Questionou se existe alguma identificação dessa problemática, se têm tratado, como chegou, e se tem chegado temas dessa

ordem. Em resposta, afirmou que sim, e infelizmente sabe que existe LGBTfobia nas escolas, que existe desrespeito à questão do nome do gênero social de pessoas trans, inclusive, dos próprios profissionais, que a escola é procurada para tentar resolver o problema da melhor maneira possível, para tentar garantir a cidadania dessa população, que são promovidas oficinas de capacitação na rede municipal, tanto de escolas quanto nos órgãos da Prefeitura Municipal de João Pessoa para capacitar especialmente os funcionários da rede. A Presidenta questionou se a população reconhece a coordenadoria como um lugar onde ela possa recorrer, se os estudantes denunciam pessoalmente, e se existe um número para fazer denúncia e como é que a população sabe que pode recorrer até à coordenadoria. Em resposta, afirmou que existem dois telefones próprios, 3218-9246 e o 3222-8853, que a divulgação é realizada através das mídias sociais da prefeitura, no *instagram* da prefeitura municipal, tanto no *feed* como nos *stories* da prefeitura, nos meios sociais, a exemplo da *TV Cidade*. Afirmou que pelo fato de estar em um lugar central do município de João Pessoa, o Parque Sólon de Lucena, também ajuda na divulgação porque é um lugar em que as pessoas passam e enxergam a coordenadoria, e que ainda assim, pode melhorar, que uma dificuldade é a situação financeira da população LGBTQIA+, que a maioria dos usuários e usuárias são pessoas de baixo poder aquisitivo, e dessa forma dificulta também a inserção dessa população. A Presidenta questionou se possuem sistema de informação de arquivamento do processo de trabalho e de planejamento, se têm um orçamento próprio estimado, e do ponto de vista do planejamento de gestão, quais são esses elementos essenciais que hoje contabiliza como ferramentas de gestão importantes para o trabalho que é o desafio de uma coordenadoria com essa natureza. Em resposta, afirmou que existe banco de dados, que realiza a triagem de todos os usuários e usuárias de todos os serviços realizados, e realiza mensalmente o arquivamento, que a contagem específica de homens trans e de mulheres trans, mulheres lésbicas ou homens gays que foram atendidos, o que foi que essa população solicitou do serviço ofertado, qual é a situação financeira dessa população, se está trabalhando ou não, se tem interesse em realizar cursos de capacitação, que isso é uma triagem social que é realizada para cada usuário ou usuária que procura o serviço. A Presidenta questionou se é utilizado algum sistema específico, se é contabilizado e tem visão do que aconteceu na coordenadoria no ano passado ou no ano retrasado, no ano de 2020 e o ano de 2019, nesse período

de pandemia. Em resposta, afirmou que há informações desde janeiro. A Presidenta questionou se existe relação com o centro de referência estadual, se é feito contrarreferência, se conhece esse serviço, se a demanda do serviço, quando é de competência do município, estão conseguindo acompanhar em diálogo com o centro de referência do estado. Em resposta afirmou que sim, e que alguns serviços são voltados para o estado, como a questão do ambulatório TT, que é um órgão do estado, e que precisa passar inicialmente pelo espaço LGBT para que o usuário ou usuária trans tenha acesso. A Presidenta questionou se acompanhou algum caso que veio do centro de referência estadual. Em resposta afirmou que não, que seria realmente interessante que os casos que cheguem ao centro de referência estadual, especialmente nesses aspectos de escolas municipais, fossem comunicados. A Presidenta questionou qual é a maior demanda de privação de direitos, se de fato o nome social e a retificação do nome. Em resposta, afirmou que a retificação para nome e gênero é uma grande demanda, mais também a questão da busca pela entrada no mercado de trabalho formal. A Presidenta questionou se existe autonomia financeira. Em resposta afirmou que leva em consideração a dificuldade que essa população tem de ser inserida nesses dois ambientes. A Presidenta questionou se consegue identificar quais são os principais desafios, os principais aliados que encontra dentro da própria gestão e os parceiros. Em resposta afirmou que os desafios voltados para a população LGBTQIA+ tornaram-se ainda maiores, que em relação à gestão municipal, pode elencar a Secretaria de Trabalho, Secretaria da Educação, UniNassau e Unipê. Afirmou os grandes desafios são a população LGBTQIA+ se enxergar como sujeito de direitos, interiorizar o serviço. A Presidenta questionou se o diálogo com o movimento social organizado é previsto em algum mecanismo e existe conselho estadual dos direitos da população LGBTQIA+. Em resposta afirmou que o conselho estadual existe, mas o município seria o conselho municipal, que está em processo de reerguimento do conselho municipal para torná-lo atuante, que foi enviado ofícios para as secretarias, para os órgãos nos quais estão previstas cadeiras no conselho, e está aguardando resposta. A Presidenta questionou se o conselho existe de direito, mas não existe de fato. Em resposta afirmou que sim, que está em processo de reestruturação do conselho. A Presidenta informou que deverá fazer visita para conversar sobre as dificuldades da logística que dispõe. Questionou qual é a dotação orçamentária que possui. Agradeceu a disponibilidade. Em resposta,

agradeceu pelo convite, parabenizou pelo trabalho e que aguarda a visita. A Presidenta agradeceu a todos os técnicos que nos acompanharam, Ana Luiza, Vilcson, Guilherme Benício, Arthur, Priscila, e Luciel. A Presidenta declarou encerrada a presente Reunião. Lavrando a presente Ata o redator Paulo Fernando da Silva, Assistente Legislativo, e Karla Georgea Castro Silva, Assistente Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pela Presidenta, deputada Cida Ramos, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. João Pessoa-PB, 10 de novembro de 2021.



DEP. ESTELA BEZERRA

Presidenta